



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO
BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

FUNDADO PELA LEI DE Nº 05 DE 18.03.1997

Ano 2015	Mês: SETEMBRO	Número: 731	Fls: 01/06
----------	---------------	-------------	------------

LEI Nº 308/2015

REGULAMENTA A CRIAÇÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE LOGRADOURO
SOBRE DROGAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Município, bem como pela Carta Magna, sobretudo em cumprimento ao que preceitua a Lei nº 11.343/2006, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal Sobre Drogas – COMAD, como órgão normativo de deliberação coletiva e peculiaridades locais, integrar-se-á ao Conselho Estadual sobre Drogas e ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, de que trata o Decreto Federal 5.912/2006.

Art. 2º - São objetivos do Conselho Municipal Sobre Drogas de Logradouro/PB:

I – Instituir e desenvolver o Programa Municipal sobre Drogas PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de prevenção e de redução da demanda e da oferta de drogas:

II – propor, articular, coordenar e acompanhar programas de ações destinadas à redução da demanda de drogas, compatibilizando-o com as diretrizes do Conselho Estadual sobre Drogas da Paraíba;

III – acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão ao tráfico, executadas pelos Poderes Públicos Estadual e Federal, apresentando sugestões quando necessário;

IV – propor à Prefeita e à Câmara Municipal, medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta Lei;

V – promover a atuação coordenada e a integração dos órgãos municipais governamentais ou não, de entidades particulares e a participação das comunidades em atividades destinadas à fiscalização, prevenção, tratamento, reinserção social, redução de danos sociais e à saúde e repressão sobre o uso e abuso de drogas e seus efeitos no indivíduo e na sociedade;

VI – promover intercâmbio de informações e propostas aos órgãos afins, em nível regional e estadual;

Uauê



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO
BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

FUNDADO PELA LEI DE Nº 05 DE 18.03.1997

Ano 2015	Mês: SETEMBRO	Número: 731	Fls: 02/06
----------	---------------	-------------	------------

VII – orientar, supervisionar e apoiar o funcionamento de instituições que, no âmbito do Município e Estado, promovem atividades de recuperação, tratamento e reinserção de usuários de drogas;

VIII – firmar acordos e convênios com órgãos municipais similares, instituições e entidades da sociedade civil de municípios da região metropolitana que atuam na área de prevenção ao uso das drogas;

IX – estimular estudos e pesquisas, visando ao aperfeiçoamento das atividades relacionadas ao controle e fiscalização do tráfico e uso de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica;

X – desenvolver programas de prevenção baseados em evidência científica;

XI – articular entre as secretarias municipais e estaduais, a promoção de atividades de prevenção ao uso indevido de drogas.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se:

I – redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas;

II – droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

III – drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informadas à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD e ao Ministério da Justiça – MJ;

§ 2º O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizadas a Prefeita e a Câmara Municipal, quando ao resultado de suas ações.

§ 3º Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do Sistema Nacional e Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, o COMAD, por meio de remessa de relatórios freqüentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, e o Conselho Estadual sobre Drogas – CONENS, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

Uru



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO
BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

FUNDADO PELA LEI DE Nº 05 DE 18.03.1997

Ano 2015

Mês: SETEMBRO

Número: 731

Fls: 03/06

§ 4º O COMAD deverá, anualmente, apresentar os programas, as ações desenvolvidas e os resultados de sua atuação, assim como o demonstrativo econômico e financeiro do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, em audiência pública realizada em Sessão Especial na Câmara Municipal de Logradouro.

Art. 3º - O COMAD fica assim constituído:

I – Presidente;

II – Secretário Executivo;

III – Membros Conselheiros;

§ 1º Os conselheiros, cujas nomeações serão publicadas em Diário Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) nos, permitida uma única recondução.

§ 2º Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de Consultores, indicados pelo Presidente, através de deliberação dos Membros conselheiros.

§ 3º O Presidente e demais membros da diretoria deverão ser eleitos pelos membros do Conselho em sua primeira reunião, dentre os conselheiros efetivos, e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º - O Conselho Municipal sobre Drogas será composto por representantes dos seguintes órgãos:

§ 1º representantes da Administração Pública, sendo:

A – um da Secretaria Municipal de Saúde;

B – um da Secretaria Municipal de Educação;

C – um da Secretaria Municipal de Assistência Social;

D – um da Secretaria Municipal de Esporte/Cultura/Lazer;

§ 2º representantes de organizações, instituições ou entidades municipais da sociedade civil:

A – um representante do Conselho Tutelar;

B – um representante de veículo de comunicação com atuação neste município;

C – um representante das entidades religiosas;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO
BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

FUNDADO PELA LEI DE Nº 05 DE 18.03.1997

Ano 2015	Mês: SETEMBRO	Número: 731	Fls: 04/06
----------	---------------	-------------	------------

D – um representante das instituições que atuam na área de tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas;

§ 3º Os Conselheiros Titulares deverão ser indicados ou eleitos juntamente com um suplente, os quais serão nomeados pela Prefeita Municipal, sendo suas funções não remuneradas, porem consideradas de relevante serviço público. A relevância a que se refere o presente parágrafo será atestada por meio de certificado expedido pela Prefeita, a partir da nomeação do conselheiro.

§ 4º O detalhamento da organização, do funcionamento do COMAD, assim como as atribuições de sua diretoria, serão objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que devem ser suplementadas, se necessário.

DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS

Art. 6º. Cabe ao COMAD instituir o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros provenientes de doações, convênios, programas e projetos de que trata esta lei, os quais serão destinados ao desenvolvimento de ações, visando a prevenção e no controle do uso e abuso de drogas, especificados na Legislação Federal, nos termos da política municipal para área e nas ações municipais elaboradas pelo COMAD.

Art. 7º. Os recursos obtidos pelo Fundo Municipal de prevenção às Drogas, serão destinados exclusivamente para:

- I – a realização de programas de prevenção ao uso e abuso de drogas;
- II – o incentivo à formação de grupos de apoio ao atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;
- III – a elaboração de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco com informação sobre prevenção e tratamento de usuários de drogas lícitas e ilícitas, bem como a seus familiares;
- IV – outras atividades determinadas pelo COMAD e constantes de seu regimento interno.

Art. 8º. São recursos do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO
BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

FUNDADO PELA LEI DE Nº 05 DE 18.03.1997

Ano 2015	Mês: SETEMBRO	Número: 731	Fls: 05/06
----------	---------------	-------------	------------

- I – As receitas resultantes de doações da iniciativa privada e de pessoa física ou jurídica;
- II – dotação orçamentárias da União, do Estado e do Município consignadas especificadamente para o atendimento ao disposto nesta lei;
- III – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recurso disponíveis;
- IV – receitas de acordos, convênios ou termos de cooperação: e
- V – Outros recursos que possam ser destinados ao Fundo Municipal de Prevenção às Drogas.

Art. 9º. Os recursos do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas serão geridos pelo Conselho Municipal sobre Drogas – COMAD de Logradouro – PB:

Art. 10º. O Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, de natureza e individualização contábeis, atuará por meio de liberação de recursos, observadas as seguintes condições:

- I – apresentação pelo beneficiário, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos nesta lei;
- II – demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos de prevenção às drogas;
- III – enquadramento do projeto ou plano de trabalho pelo conselho Municipal sobre Drogas;

Parágrafo Único – O detalhamento da constituição e gestão do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMAD.

Art. 11º. Os demonstrativos financeiros e o funcionamento do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas obedecerão ao disposto na legislação vigente referentes à Administração Direta Municipal.

Art. 12º. O COMAD providenciará as informações relativas à sua criação e sua atuação à SENAD e ao CONEN, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual sobre Drogas.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO
BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

FUNDADO PELA LEI DE Nº 05 DE 18.03.1997

Ano 2015

Mês: SETEMBRO

Número: 731

Fls: 06/06

Art. 13º. O COMAD providenciará e elaboração do seu Regimento Interno, pela aprovação da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 30 dias de sua instalação.

Art. 14º. A primeira composição do Conselho Municipal sobre Drogas será formada por conselheiros indicados pela Prefeita Municipal, para um mandato de um ano, improrrogável, em um prazo de 30 dias da aprovação desta lei.

Parágrafo Único. A indicação destes Conselheiros deverá obedecer à composição indicada no art. 4º desta lei.

Art. 15º. No prazo de seus meses de sua constituição, o Conselho Municipal sobre Drogas deverá elaborar a minuta do projeto de lei que trata o inciso I do artigo 2º desta lei, e encaminhá-lo à Câmara Municipal de Logradouro e ao Executivo Municipal.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º. Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 30 dias após sua publicação.

Art. 17º. Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Logradouro – PB, em 14 de setembro de 2015

CÉLIA MARIA DE QUEIROZ CARVALHO
Prefeita Constitucional